

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIB/SC) SANTA**
2 **CATARINA.**

3 ATA Nº 01/2018

4 Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às treze horas e trinta minutos,
5 no auditório da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, localizada na
6 Rua Cândido Ramos, 250 - Capoeiras - Florianópolis SC - Santa Catarina, realizou-se a
7 reunião plenária ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-
8 SC) com a presença dos seguintes membros: representantes da Secretaria de Estado da
9 Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC): Reginete Panceri (titular e Coordenadora
10 da CIBSC); Ismael de Córdova (titular), Ivanor Alberti (titular), Paloma Mariucci (suplente),
11 Cláudia Regina Moser (suplente), e representantes do Colegiado Estadual de Gestores
12 Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC): Vagner Ferreira de Oliveira (membro titular
13 e Presidente do COEGEMAS), Jânifer Otto (titular), Ivone Salete Orso (titular), Oscar Guilherme
14 Grotmann Filho (suplente). Ainda estavam presentes gestores e técnicos municipais,
15 representantes da câmara técnica, secretarias regionais, associações de municípios,
16 conselhos. Suzy – Secretária Executiva da CIBSC realizou o chamamento e composição da
17 mesa, após passou a palavra para a Coordenadora da CIBSC para dar sequência à ordem do
18 dia. A ordem do dia foi considerada lida e aprovada pelo Plenário: **1º Verificação da presença**
19 **e da existência de quorum:** sendo constatada a existência de quórum, conforme o Regimento
20 Interno da CIB-AS-SC, foi possível prosseguir os trabalhos de acordo com a ordem do dia. **2º**
21 **Apresentação, apreciação e aprovação da pauta do dia –** com a palavra o Diretor de
22 Assistência Social perguntou ao COEGEMAS se havia alguma inclusão na pauta. Jânifer Otto
23 solicitou a inclusão nos informes da situação da Lei do Fundo de Assistência Social (FEAS);
24 previsão orçamentária para 2018; situação da distribuição dos carros do PACTO. Ismael
25 informou que o Estado não tem inclusão nem exclusão de pauta. **3º Apreciação e aprovação**
26 **da ata da reunião anterior:** Suzy comunicou que a ata foi encaminhada com antecedência aos
27 membros da CIB, a qual foi considerada lida e aprovada pelo Plenário. **4º Correspondências**
28 **recebidas e expedidas:** Foi informado pela Secretaria Executiva da CIB-AS-SC que a relação
29 de correspondências expedidas e recebidas foi enviada para o e-mail dos representantes da
30 CIB-AS-SC, como também a lista das correspondências e os documentos físicos estão a
31 disposição para a verificação. Suzy fez a leitura da relação de correspondências expedidas e
32 recebidas. **5º Pactuação de matérias: Alteração no calendário das reuniões plenárias da**
33 **CIB em 2018 -** após breve discussão foram alteradas as datas das reuniões plenárias da CIB
34 para 2018: maio (28) em Chapecó e agosto (16) em Treze Tílias, permanecendo São José
35 e Garuva como locais em caso de substituição. **Alteração da Câmara Técnica –** pactuou-
36 se a inclusão da representante Emanuella de Oliveira Borges (suplente) em substituição a
37 Ana Paula Bett Fortuna Ciocari. Relatório de Monitoramento e Avaliação Descritivo das
38 Atividades e Resultados das Metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS – Paloma
39 realizou a apresentação do Relatório, sendo que o plano não foi pactuado devido ao
40 COEGEMAS sugerir uma análise no documento, assim proporam que a Câmara Técnica
41 do COEGEMAS reúna no dia 21 de março para análise e proposição de contribuições ao
42 Pacto de Aprimoramento. Os representantes do Estado
43

44 aceitaram a solicitação do COEGEMAS. Após, a análise realizada pela Câmara Técnica do
45 COEGEMAS essa será remetida à Coordenação da CIB para ser alterado o plano e esse
46 ser apresentado na reunião plenária de 28 de março, afim de ser pactuado. E, sendo
47 pactuado encaminhado ao Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS). **6º Discussão**
48 **de matérias:** Retomada dos estudos para elaboração do Plano Estadual de Regionalização da
49 Média e Alta Complexidade dos Serviços para Crianças e Adolescentes. Ismael comunicou que
50 com a chegada da Técnica Emanuella de Oliveira Borges para trabalhar na alta complexidade a
51 Gerente Carolina da Silva Rodrigues de Freitas – responsável pelos estudos de regionalização
52 irá retomar os estudos para a elaboração do plano, assim solicita um posicionamento da
53 Câmara Técnica da CIB. Emanuella colocou-se a disposição para ser informada sobre as
54 demandas dos municípios e propões a construção em conjunto do plano com a Câmara
55 Técnica da CIB. Ismael reforçou que a Emanuella está a disposição para auxiliar na retomada
56 dos estudos e que também é preciso aguardar a posição da nova Coordenadora da CIB que
57 será empossada. Jânifer explanou sobre os estudos sobre a regionalização em 2014 realizados
58 pela Câmara Técnica da CIB e mencionou a importância dos estudos e citou o estado de Minas
59 Gerais como referência na Regionalização da Média e Alta Complexidade dos Serviços.
60 Lembrou que para a elaboração do plano além dos estudos é necessário a implantação da Lei
61 do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), um diagnóstico atualizado e previsão
62 orçamentária. Maria Eunice reforçou os requisitos para a regionalização mencionados pela
63 Jânifer. Enfatizou que o diagnóstico foi realizado de acordo com a resolução n 31 do CNAS e a
64 necessidade de atualização dos dados do diagnóstico; que no estudo de 2014 deu-se ênfase
65 na média complexidade, mas que é preciso visar tanto a média como a alta complexidade
66 emergentemente. Explanou que na reunião do COEGEMAS pela manhã foi levantado que para
67 se realizar a regionalização tem de se realizar um grupo de trabalho com técnicos do estado e
68 municípios, juntamente com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
69 Habitação (SSTSC), Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e Federação Catarinense de
70 Municípios (FECAM); observando a base técnica, levantamento de dados, estudo e
71 estruturação para implantação do serviço. Maria Eunice propões um planejamento para início
72 dos estudos. Ismael sugeriu acrescentar no grupo de estudos um representante da Casa Civil
73 e/ou da Secretaria da Fazenda (SEF) e que o Presidente do COEGEMAS busque conversar
74 com o Governo do Estado. Disse Ismael que todos os encaminhamentos solicitados – como a
75 Lei do FEAS, pelo COEGEMAS foram feitos pela SSTSC ao Governo do Estado. Vagner falou
76 que há um ano o COEGEMAS manteve contato com o Governo do Estado e está aguardando o
77 retorno, mas que pretende dialogar novamente o contato e espera ser atendido. Ivanor reforçou
78 o trabalho em grupo para discutir, elaborar o estudo sobre a regionalização com a participação
79 de representação da SEF para nortear a questão dos tramites orçamentários e financeiros.
80 Diante da explanação do Ivanor ressaltou Ismael a questão de reforçar o grupo de trabalho com
81 a inserção da SEF e do MPSC. Janice, Maria Eunice, Jânifer, Emanuella, reafirmaram a
82 necessidade da retomada dos estudos sobre a regionalização da média e alta complexidade
83 iniciando com uma reunião da Câmara Técnica da CIBSC a partir do diagnóstico para que os
84 demais passos do processo desenvolvam-se. O Estado e os Municípios acordaram que os
85 estudos serão retomados nesses termos. Solicitou Ismael a Suzy que realize os procedimentos
86 administrativos para a reunião da Câmara Técnica da CIB. Também solicitou Ismael a Câmara
87 Técnica da CIB que informe a

88 CIBSC sobre os trabalhos dos estudos, para que a CIBSC possa interar os demais atores e
89 fazer os encaminhamentos. **7º Informes. Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico aos**
90 **Municípios de Santa Catarina etapa 2017.** A apresentação do plano de Acompanhamento e
91 Apoio Técnico foi realizado pela servidora Juliana da Gerência de Monitoramento e Avaliação
92 do Sistema Único de Assistência Social (GEMAV), ressaltando as metas dos municípios – uma
93 vez que a servidora Paloma apresentou as metas do Estado no pacto de aprimoramento.
94 Juliana disse que sua formação é em pedagogia e elaborar um plano institucional requer
95 conhecimentos técnicos além da pedagogia, mas que está ciente disso e que deseja aprimorar
96 o plano. Ismael reconheceu o empenho e trabalho das Técnicas da Assistência Social. Falou
97 que quando trabalhava no município não tinha noção do esforço e dedicação das Técnicas do
98 Estado e ao estar tralhando, atualmente, na Diretoria de Assistência Social tem a dimensão do
99 trabalho realizado nessa. Ressaltou Ismael, novamente, a importância do fortalecimento da
100 CIBSC e do trabalho coletivo do Estado, Municípios e Corpo Técnico. **SIPIA (Sistema de**
101 **Informação para Infância e Adolescência) e SINASE (Sistema Nacional de Atendimento**
102 **Socioeducativo)** Ismael informou que a servidora Nívia Feller irá trabalhar com os sistemas na
103 Diretoria de Assistência Social (DIAS) e estará capacitando-se para operar os sistemas. E, a
104 DIAS tem demandas sobre os sistema do MPSC. Janice lembrou que a SSTSC tinha como
105 referência do SIPIA e SINASE a servidora Lúcia Grisel, a qual não media esforços para realizar
106 o trabalho, afim de atender as demandas dos municípios. Apontou Janice a necessidade de a
107 DIAS ter uma técnica de referência para os municípios poderem sanar as suas dúvidas sobre o
108 SIPIA e SINASE em conjunto com as Coordenadoras e Multiplicadores (as) municipais, frente
109 as demandas do MPSC. Janice disse que os sistemas SIPIA e SINASE não estão em pleno
110 funcionamento nos municípios do Estado devido a falta de capacitação para os (as) operadores
111 (as) dos sistemas. Solicitou Janice ao Estado que informe ao MPSC que o Estado está
112 organizando a operacionalização, junto aos municípios dos sistemas SIPIA e SINASE. Cláudia
113 Moser informou que à DIAS comunicou o MPSC a 15 (quinze) dias atrás sobre a situação do
114 SIPIA e SINASE, como também informou que não possuem uma Técnica de Referência. Janice
115 solicitou que à DIAS socialize com os municípios a comunicação feita ao MPSC. **Lei do FEAS.**
116 Ismael informou que o processo da Lei do FEAS está na Casa Civil. Ivone propõe o
117 estabelecimento de critérios para o cofinanciamento. **Previsão Orçamentária.** A Coordenadora
118 Interina da CIB falou que o primeiro passo para se ter a previsão orçamentária é a elaboração
119 do Plano Plurianual (PPA) e o Orçamento. Informou Reginete que os ex-secretários Geraldo
120 Althoff e Valmir Comim empenharam-se para garantir orçamento e cofinanciamento à
121 Assistência Social. Explicou que apesar dos cortes no orçamento feitos pela SEF o ex-
122 secretário Valmir Comim solicitou a liberação de orçamento ao Diretor de Orçamento da SEF.
123 Comunicou que hoje a previsão orçamentária para a Proteção Básica é de R\$ 12.000.000,00
124 (doze milhões); Proteção de Média Complexidade R\$ 9.000.800,00 (nove milhões e
125 oitocentos); Proteção de Alta Complexidade 10.000.000,00 (dez milhões) e Benefícios
126 Eventuais R\$ 2.000.000,00 (dois milhões), sendo o próximo passo o estabelecimento da cota
127 financeira. Disse Reginete que da Proteção Básica tem-se 30% (trinta por cento) do valor
128 liberado. E, que nos dois últimos anos a SSTSC vem tendo uma forte contenção de despesas e
129 talvez este ano ainda perdue essa situação, a não ser que a nova Gestão consiga reverter
130 esse quadro. Ainda disse Reginete que o processo de liberação de orçamento está em
131 andamento, que se esperava a liberação de orçamento em fevereiro de 2018, mas que até o

132 momento não aconteceu a liberação de recursos, como também dos superávit (recursos
133 federais, recursos do PACTO), sendo que a SEF está interando-se da situação para poder
134 liberar os recursos. O processo de capacitação do Bolsa Família está parado devido a falta de
135 recursos. Ivanor informou que todas as ações do FEAS estão paradas por serem feitas com os
136 recursos do superávit e o FEAS não recebeu nenhum recurso federal do Fundo Nacional em
137 2018, o valor que se tem no FEAS hoje são provenientes de repasses do ano de 2017. Ivanor
138 explicou que para o estabelecimento de critérios para o cofinanciamento é necessário distinguir
139 orçamento de cota orçamentária e disponibilidade financeira, a qual vai depender da
140 negociação da nova Secretária com o Governo do Estado. Ainda Ivanor explicou que no ano de
141 2017 o ex-secretário Valmir Comim conseguiu a disponibilização de R\$ 17.000.000,00
142 (dezesete milhões), onde R\$ 9.000.000,00 (nove milhões) foram destinados a Proteção Básica
143 e R\$ 8.000.000,00 (oito milhões) para a Proteção de Média Complexidade. Maria Eunice
144 questionou como é possível executar a Política de Assistência Social sem recursos financeiros,
145 comentou que a CIBSC reúne-se para negociar, articular, pactuar mas, os encaminhamento
146 não avançam devido a falta de recursos financeiros. Maria Eunice sugeriu procurar o MPSC
147 para dialogar com o Estado. Reginete informou que os ex-secretários Geraldo Althoff e Valmir
148 Comim dialogaram com o Governo do Estado, a SEF e a Secretaria de Planejamento sobre as
149 demandas da previsão orçamentária e do cofinanciamento – apontando a necessidade de
150 investimento de custeio, porém a tomada de decisão não cabe a SSTSC. Ivanor apontou que
151 essas situações serão repassadas, urgentemente, a nova Secretária de Estado da SSTSC para
152 que ela possa dialogar com o Governo de Estado e a SEF sobre as cotas financeiras. Com a
153 palavra Vagner disse que a reunião parece estar estagnada devido a se estar dialogando,
154 articulando e pactuando sobre assuntos e matérias, as quais não estão chegando aos
155 resultados esperados. Disse ainda Vagner que não se pode aceitar essas situações e que a
156 CIBSC e a SSTSC devem buscar alternativas e continuar os seus trabalhos para o alcance de
157 resultados. Apontou Vagner que se não houver mudanças os serviços da assistência social irão
158 ser custeados pela fonte 100 e que o fundo a fundo é o mínimo que o Estado deve repassar
159 aos municípios. Vagner perguntou a Ismael qual o percentual do fundo a fundo. Ismael
160 informou que o percentual é de em 2017 foi 0,57% e para 2018 a previsão seria de 0,47 % da
161 receita corrente líquida. Vagner falou que a pretensão da reunião de hoje é que a CIBSC
162 estabeleça proposições para serem atingidas. Uma participante do município de São Carlos/SC
163 disse que vê todos os esforços das (os) técnicas (as) dos municípios e Estado para a execução
164 da Política de Assistência Social e que todos os envolvidos tem de ter em mente que estão
165 lidando com vidas! Oscar Gestor de Blumenau disse que em visita a SSTSC viu as más
166 condições do prédio da SSTSC. Ainda disse Oscar que o Governo do Estado está há um ano
167 para receber o COEGEMAS e que as Técnicas da SSTSC recebem críticas nas reuniões da
168 CIBSC no lugar do Governo do Estado. Oscar apontou que os Políticos desconhecem a
169 Assistência Social e a utilizam a como trampolim para campanha política, isso é inadmissível –
170 sendo que os municípios são cobrados pela execução da Política de Assistência Social e não
171 estão sendo subsidiados pelo Estado. Uma representante do município de Caçador sugeriu que
172 a questão dos recursos seja estudada pelo Estado e os municípios e que se faça uma ação
173 junto ao Governo do Estado e os Deputados Estaduais. **Construção do CRAS (Centro de**
174 **Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado em**
175 **Assistência Social).** Foi apresentado o status da construção dos CRAS e CREAS pelo
176 Gerente Martin Luiz Temp. Martin informou que no portal <http://www.painel.sc.gov.br/> os
177 municípios podem acessar as informações sobre o andamento das obras do PACTO. Vagner
178 solicitou que Martin envie a apresentação por e-mail ao COEGEMAS para que seja repassada
179 aos municípios. Martin disse que irá enviar. **Destinação de carros do PACTO.** A
180 Coordenadora da CIB disse que a imprensa noticiou sobre o redirecionamento dos recursos
181 dos veículos da Assistência Social para a Segurança Pública, mas que oficialmente a SST não
182 recebeu qualquer informação e para redirecionar os recursos do PACTO a informação será

183 oficializada. Reginete informou que a aquisição dos veículos será feita com os recursos do
184 PACTO e que o processo de licitação está em andamento na SEF e a SSTSC está aguardando
185 o retorno do processo para realizar os encaminhamentos. Comunicou Reginete que os critérios
186 para a destinação dos veículos foram os municípios que não receberam nenhuma obra e
187 nenhum veículo no período do PACTO. Jânifer perguntou a Reginete porquê e se é legal a
188 destinação de valores do PACTO de produtos para a Assistência Social para a Segurança
189 Pública. Reginete explicou que o Estado celebrou contrato com o Banco Nacional de
190 Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e foram depositados recursos no Fundo de
191 Combate a Pobreza, para a execução do PACTO sendo que o Governo do Estado realizou o
192 redirecionamento para a Segurança Pública e que há legalidade devido a ação ser realizada
193 por Decreto e/ou alteração do Plano Plurianual (PPA). Deputado Valmir Comim criou uma
194 comissão para acompanhar as obras do PACTO. Ivanor disse que em janeiro de 2018 o
195 Secretário Valmir Comim junto com a Deputada Carmem Zanotto entregaram 22 (vinte e dois)
196 veículos que são frutos de emendas parlamentares e que a destinação de veículos acontecem,
197 também, sem serem de recursos do PACTO, FEAS e de Convênios. **Contas da Proteção**
198 **Especial.** Na última reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) foi aprovada a
199 Resolução que unifica o bloco de Média e Alta Complexidade não foi publicada a Portaria
200 detalhando esse bloco, a Gerência do FEAS e os municípios receberam um documento sobre o
201 assunto da Diretoria Executiva do Fundo Nacional. Ainda Ivanor comunicou que também na
202 última plenária da CIT foi informado sobre a Resolução CIT 36 referente a suspensão
203 temporária de recursos para os municípios que tiverem mais de 12 (doze) parcelas em conta
204 para o ano de 2018, devido ao Fundo Nacional ter realizado depósitos nas contas em
205 dezembro de 2017. Janice questionou sobre a possibilidade de revogação da Resolução 36 e
206 Ivanor respondeu que no momento a Resolução está suspensa temporariamente. Informou
207 Ivanor que a 4ª parcela do cofinanciamento foi creditada aos municípios em 07 de
208 fevereiro/2018, sendo que o relatório dos pagamentos está no site da SSTSC, foram recebidas
209 63 (sessenta e três) prestações de contas e o último dia para a prestação de contas é 28/02/18.
210 Muito municípios estão com dificuldades na prestação de contas devido a ser a primeira vez
211 que estão realizando e a SST tem como pretensão elaborar um vídeo com os passos para a
212 prestação de contas. **Informes DIAS.** Ismael comunicou que acontecerá a plenária
213 extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) no dia 27/03/18, às 13:00h
214 na SSTSC referente Ofício Federação Catarinense de Municípios (FECAM) sobre o Programa
215 Criança Feliz do Governo Federal. Na sequencia Ismael realizou os informes da DIAS e
216 informou que a próxima reunião será dia 28 de março no município de São Carlos/SC. Reginete
217 Panceri, Vagner Ferreira de Oliveira e Ismael de Córdova agradeceram a presença de todos
218 (as) e desejaram um bom retorno. Nada mais havendo a tratar, eu Suzy Cristina Rodrigues –
219 Secretária Executiva da CIBSC, lavrei a presente Ata.